

ROSANE MICHELLI DE CASTRO, FACULDADE DE FILOSOFIA E LETRAS –  
UNESP/CAMPUS DE MARÍLIA. **A PRODUÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DO  
CONHECIMENTO NOS CENTROS ACADÊMICOS E NAS UNIVERSIDADES: UM  
ENFOQUE HISTÓRICO**

## **Introdução**

Trata o presente de comunicar alguns resultados obtidos com o desenvolvimento, entre 2001 e 2005, da tese de doutorado “O papel estratégico dos periódicos departamentais na organização das atividades acadêmico-científicas: o caso das Revistas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília”. Particularmente neste texto a preocupação foi a de evidenciar a tendência que a produção científica e a sua disseminação via periódicos departamentais revelaram à época da ‘explosão de informação’ e da especialização do conhecimento, da interiorização do ensino superior público em cidades do interior paulista via criação dos institutos isolados, e, ainda, do apelo: à renovação do ensino superior no Brasil e à, conseqüente, indissociabilidade ensino-pesquisa nos centros acadêmicos e nas universidades.

## **O apelo à renovação do ensino superior**

O contexto sócio-econômico-político brasileiro da década de 1960, o da criação das revistas departamentais dos Institutos Isolados de Ensino Superior Público do Estado de São Paulo, cuja idéia de racionalidade instrumental se impunha como algo hegemônico, havia imposto para as instituições de ensino superior a responsabilidade de produzir e “teorizar” os meios que permitissem conceber, coordenar e viabilizar ações mais eficientes e produtivas, as quais deveriam ter como objetivo, ao menos para efeito de retórica política, a promoção de uma sociedade resultante de maior participação e bem-estar social. Ou seja, tais ações deveriam voltar-se para a geração de condições propícias, as quais, ao menos aparentemente, significariam a modernização do país, defendida no plano econômico, mediante o discurso para a superação da dependência econômica frente aos países tidos como desenvolvidos, e, no plano político, mediante discurso para a superação dos “[...] modelos clientelísticos, corporativos, oligárquicos e autoritários [...]” (DIAS, 1989, p. 27), predominantes no Brasil até aquele momento.

Segundo Zainko (1998, p. 40), os discursos de modernização do Brasil, uma vez firmados na idéia de rompimento da dependência econômica, trouxeram para as instituições de ensino superior a responsabilidade de produzir a técnica e as tecnologias necessárias ao desenvolvimento autônomo do país. Coube, então, às instituições de ensino superior, dedicar-se à produção da técnica, do “[...] saber fazer

com ampla base científica” (ZAINKO, 1998, p. 27), fato pelo qual havia ocorrido, durante a década de 1960, “[...] um aumento considerável do número de pessoas dedicadas às atividades de pesquisa [...]” (BIOJONE, 2001, p. 14).

Para a materialização discursiva das idéias que atrelavam a modernização do país à produção desse “saber fazer com ampla base científica”, o governo autoritário, instaurado no Brasil após o Golpe Militar de 1964, constituiu um Grupo de Trabalho para a elaboração de uma reforma do sistema universitário brasileiro “[...] com nítida influência dos consultores americanos que participaram do processo de modernização do País.” (ZAINKO, 1998, p. 47).

Pela sua composição bastante heterogênea o Grupo de Trabalho apresenta em seu Relatório sobre a Reforma Universitária uma concepção de Universidade que alia um duplo ponto de vista, o idealista no qual a universidade é definida como “uma obra do espírito”; “expressão da racionalidade criadora e crítica”; e o tecnicista que a define “como um dos fatores essenciais do processo de desenvolvimento: um pré-investimento no processo racional de construção da nova sociedade através da transformação global e qualitativa de suas estruturas, visando a promoção do homem na plenitude de suas dimensões. (ZAINKO, 1998, p. 47).

Foram tempos de defesa da idéia do ensino superior, sobretudo do qual se esperava constituir-se nas universidades, responsável pela integração das atividades de produção, transmissão e especialização do conhecimento, essa última vinculada ao alargamento da mente humana, na criação de uma cultura nacionalista (ZAINKO, 1998).

Newton Sucupira, um dos membros do grupo de trabalho para a elaboração da proposta para tal reforma, constituído pelo governo militar da década de 1960, mesmo tendo considerado que a produção intelectual não deveria aferir-se por critérios estritamente econômicos, afirmava que as universidades, e, por ventura, alguma escola isolada de ensino superior<sup>1</sup>, deveriam constituir-se em forma de saber a ser definida em termos de serviço e eficiência prática não podendo fugir ao imperativo de racionalização, para ele, uma das características maiores das sociedades industriais. (SUCUPIRA apud ZAINKO, 1998, p. 48).

Saber definido em termos de serviço e eficiência prática, com recursos racionalizados: tudo isso devendo materializar-se nas instituições de ensino responsáveis pela formulação do conhecimento humano para ser ensinado, sobretudo nas universidades que deveriam ser transformadas em “escolas de pesquisas”, “universidades de pesquisas”, as quais, segundo Zainko (1998, p. 32) ganhavam

---

<sup>1</sup> Segundo Cunha (1989, p. 52), o projeto da reforma de 1968 estipulava que os estabelecimentos isolados de ensino superior somente deveriam existir por exceção, visto que a universidade fora eleita como instituição própria desse grau de ensino.

contornos mais nítidos quando discutidas em termos de universidades de base devotada à pós-graduação.

Na opinião de importantes educadores da época, dentre eles Anísio Teixeira, não seria toda instituição de ensino superior no Brasil merecedora dessa importante missão, pois, para ele, “[...] somente as universidades mais estruturadas e em condições de atrair um quadro importante de professores/investigadores estariam aptas para ser Universidades de Pesquisa.” (ZAINKO, 1998, p. 33).

Assim, as propostas e o texto final da reforma universitária foram invadidos pelos discursos da necessária indissociabilidade ensino-pesquisa articulados ao de racionalização de recursos, em busca de maior eficiência e produtividade, de melhoria dos processos de seleção e manutenção dos professores, e da qualidade da gestão dos meios a serem empregados.

Segundo Cunha (1989, p. 26), na estrutura administrativa dos estabelecimentos responsáveis por esse nível de ensino prevaleceram os princípios organizacionais de rígido controle e fiscalização dos recursos, a partir do que muitos dos processos de constituição dos sentidos das práticas dos intelectuais nesses estabelecimentos teriam sido forjados, porém justificados por políticas educacionais de controle e centralização das decisões pelos órgãos governamentais, tendo sido a mais representativa delas, à época, levada para o interior das instituições de ensino superior com a promulgação da Lei n. 5.540/68, da Reforma Universitária, substituindo o sistema de cátedras pelo departamental.

Conforme o parágrafo 3º do Art. 12 da referida Lei, o departamento seria “[...] a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e [compreenderia] disciplinas afins.” (BRASIL, 1968, p. 1435).

Na opinião de educadores brasileiros, entre eles Florestan Fernandes (1962), essa nova estrutura favoreceria o alcance dos objetivos centrais a que visavam as instituições de ensino superior, sobretudo as faculdades de filosofia, na medida em que, com a racionalização do seu funcionamento, se diminuía o seu custo, se simplificaria a sua organização, se aumentaria o seu rendimento efetivo, de maneira a formarem diferentes tipos de intelectuais, capazes de desempenhar atividades no setor tanto do ensino quanto da pesquisa.

Sobre todos esses efeitos da nova estrutura departamental para o ensino superior, é possível afirmar que o governo do estado de São Paulo já estivera convencido, desde o início do processo de interiorização desse grau de ensino via criação dos institutos isolados públicos, pois, a exemplo disso, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, desde o início do seu funcionamento, em 1959, esteve estruturada sob tal

regime.<sup>2</sup> Também os intelectuais dessa Faculdade, mesmo que apenas como um pretexto para mostrarem que, apesar de perseguirem o modelo uspiano, então estruturado sob o regime de cátedras, desejavam inovar alguma coisa, teriam alimentado “[...] uma expectativa muito saudável em relação não só à abolição das cátedras como, se não a criação, o fortalecimento dos departamentos como estrutura universitária.” (LAPA, 1992).

### A explosão dos meios impressos

Concomitantemente com todos os debates em busca de uma concepção de instituição de ensino superior renovada no Brasil, dos quais se originou a reforma de todo o sistema universitário, houve durante a década de 1960 um aumento considerável de material científico disponível (MOROSINI, 2001, p. 13), ocorrendo a proliferação das publicações periódicas especializadas.

Isso porque a indissociabilidade ensino-pesquisa, tão discutida e preconizada na letra da Lei da Reforma Universitária de 1968, supunha, imprescindivelmente, produção científica, cujo principal meio para a sua legitimação no campo científico teriam sido, então, os periódicos especializados.

Decorrente disso, ficou esse período conhecido “[...] como o período da ‘explosão de informação’ e da especialização do conhecimento.” (BIOJONE, 2001, p. 14). A propósito, Biojone (2001, p. 15) ressaltou a importância que os periódicos especializados teriam logrado durante o período em referência, como canais formais de comunicação dos resultados finais das pesquisas científicas que então se realizaram.

Em resenha publicada na Revista **Estudos Históricos** (1963, p. 190), José Roberto de Amaral Lapa, então professor integrante do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília/SP, afirmou que estava acontecendo, durante a década de 1960, um grande surto de revistas publicadas pelos estabelecimentos de ensino superior. Ainda, o mesmo professor, ao resenhar o segundo número da Revista **Estudos Universitários**, da Universidade do Recife, publicado em 1962, afirmou que aquele segundo número oferecia a confirmação da existência desse surto.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Certamente que não se tratava do sistema departamental atual. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília havia um regente para cada cadeira e o conjunto dos professores dos cursos constituía cada um dos seus departamentos.

<sup>3</sup> A propósito, outras notas e informes contidos nas seções “Noticiário”, “Revista das Revistas” e “Publicações Recebidas” podem ser encontradas nos vários números das Revistas periódicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. Na seção “Noticiário” da **Alfa** (1967, p. 240-242), na informação sobre o lançamento da revista de lingüística **Language and Language Behavior Abstracts**, falou-se em momento de multiplicação de publicações periódicas especializadas. Logo no primeiro número da Revista **Estudos Históricos**, publicado em 1963 (p. 95-115), Maria Clara Rezende T. Constantino, professora de Teoria da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, reconheceu em artigo publicado sob o título “O ideal do conhecimento em História: prolegômenos a uma

Diante das exigências contextuais, Anísio Teixeira que havia se manifestado sobre o processo e o produto da Reforma Universitária de 1968, a exemplo de outros contemporâneos seus, afirmou que aquele era um período no qual, “[...] apesar da tradição, o ensino superior existente buscava a passagem de uma cultura literária para uma cultura científica [...]” (ZAINKO, 1998, p. 49), o que implicaria: “[...] mudanças de mentalidade, de atitudes, aceitação do método científico, prática da experimentação no campo da ciência pura e da aplicada, e lúcida e saudável em relação profissional, fundada em altos padrões de competência e de honestidade científica.” (TEIXEIRA apud CUNHA, 1988, p. 309).

A necessidade de mudanças de mentalidade, de atitude, de aceitação de determinada postura científica teria obrigado os docentes dos centros universitários e das faculdades isoladas a se envolverem com essa prática de comunicação científica, via periódicos especializados, a qual, segundo Meadows (1999, p. 49), decorre da própria “[...] necessidade de acumular dados, desenvolver teorias e experiências simultaneamente, e modificar idéias [...]”

Assim, mesmo considerando o período de forte ação controladora militar no Brasil da época, o momento teria exigido a criação de espaços no interior das universidades e faculdades isoladas para que os intelectuais pudessem, mesmo sob forte esquema de controle e ordenação, incrementar à racionalidade exigida, os ingredientes da criação e da crítica, peculiares à atividade que desenvolviam.

Aos poucos, foi-se delineando um quadro para o cumprimento do referido imperativo, nas instituições escolares de ensino superior. Em primeira instância, haveria de se pensar na estratégia ou no meio a ser admitido pelo conjunto dos intelectuais dessas instituições, o qual seria responsável pela legitimação dos pesquisadores e do conhecimento por eles comunicado.

A idéia de produção da informação, sua inserção nos canais de comunicação, assim reconhecidos pelas comunidades científicas e, finalmente, a legitimação dessa informação como conhecimento pelos pesquisadores e intelectuais das academias foi gradativamente, incorporada pelos grupos de intelectuais das instituições de ensino superior, como uma atividade necessária à sua manutenção, cuja prática de publicação de periódicos teria sido, naquele momento, um elemento representativo, ou indicativo das mudanças pretendidas.

Nesse sentido, os periódicos especializados teriam figurado como os próprios suportes da mudança, uma vez que, mesmo não sendo os únicos, foram, segundo Biojone (2001, p. 15-16), indiscutivelmente, os meios mais utilizados para a publicação dos resultados de pesquisa em todas as áreas do conhecimento, pois, com a institucionalização da ciência e com o crescimento das comunidades científicas, a

---

integração do saber histórico”, o que seria um mérito e atitude louvável por parte das instituições de ensino superior da época: a atitude mediante a qual se impunha aos seus pesquisadores periódicas comunicações públicas, a fim de extinguir o ostracismo a que, na sua opinião a sociedade estaria relegando às ciências.

prática de publicação de periódicos tornou-se cada vez mais intensa, e, então, cada vez mais legítima.

## Considerações finais

Como é possível observar, no interior das instituições escolares de ensino superior, para além do simples reconhecimento de que a prática de publicação de periódicos era representativa da mudança, da inovação imposta pela Reforma Universitária de 1968, houve a incorporação mesma dessa prática ao cotidiano acadêmico-científico dos intelectuais.

Nos institutos isolados de ensino superior público do estado de São Paulo não parece ter sido diferente, pois, igualmente nos das cidades de Araçatuba, Assis, Botucatu, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, São José dos Campos e São José do Rio Preto, a prática de publicação de periódicos foi fomentada.

O momento era, na verdade, o de transferência, para o conjunto dos intelectuais das Faculdades, sobretudo das cidades interioranas paulistas, da responsabilidade de revitalização dos modos de se praticar e de pôr em evidência a administração, centralmente no que concernia a organização do trabalho acadêmico-científico e a produção dele resultante. Isso porque, para esses intelectuais dos institutos isolados de ensino superior criados como parte integrante de um projeto político do governo estadual, a prática de publicações periódicas especializadas possibilitaria a oportunidade de eles oferecerem visibilidade às atividades que desenvolviam e, ao mesmo tempo, atestarem a viabilidade de instituições de ensino superior de alto nível em cidades do interior paulista, distantes da capital do estado, considerada, à época, centro de promoção e proliferação da cultura.

Assim, é possível afirmar que, ao encontro dessas exigências, a prática de publicações periódicas especializadas teria sido viabilizada, não somente como um meio de disseminação do “saber fazer” que os pesquisadores produziam “[...] com ampla base científica” (ZAINKO, 1998, p. 27), mas particularmente, como meio estratégico para a evocação de determinada visão de organização das atividades acadêmico-científicas das Faculdade, necessária à sua manutenção.<sup>4</sup> Ou seja, à prática

---

<sup>4</sup> Durante a décima segunda reunião da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, realizada em 8 de abril de 1960, Sawaya, ainda na direção da Faculdade, após ler um editorial publicado em 7 de abril de 1960 no Jornal **O Estado de São Paulo**, no qual o articulista chamava os integrantes das faculdades isoladas de “lapidadores do erário público”, ressaltou, entre outras coisas, a necessidade de se formar uma comissão que deveria prestar contas sobre o que estava sendo desenvolvido dentro da faculdade: nesse mesmo sentido, já ensaiando os primeiros passos para as publicações periódicas departamentais, na reunião seguinte, realizada em 12 de maio do mesmo ano, o mesmo diretor informou a publicação de um “Guia da Faculdade”, com a finalidade de divulgação das atividades da Faculdade e “[...] deu o prazo de um mês para chefes de Departamentos recolherem o material para publicação.” (ATA da 13ª reunião de professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1960, p. 21-2). Conforme Castilho, professor do departamento de Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Filosofia,

de publicações periódicas teriam sido atribuídas significações distintas das significações “normais” de suportes formais de comunicação da produção acadêmico-científica de um dado grupo de intelectuais.

As iniciativas dos diretores dos institutos isolados de ensino superior do interior, de centrar preocupação em planos de publicações, dentre outras que poderiam ser tomadas como de maior importância para a organização do trabalho em uma instituição de ensino superior, e, ao mesmo tempo, a própria maneira como essas preocupações foram situadas, como iniciativa que se constituiu em preocupação central e fonte de pressão sobre a atividade interna das Faculdades, revelam que houve a tendência à prática de publicação de periódicos departamentais, não apenas com vistas à produção, à disseminação e ao uso de determinada informação com vistas à constituição do conhecimento científico, mas, como estratégia administrativa.

## Referências

ALFA. Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. São Paulo: Secção Gráfica da Universidade de São Paulo, n. 11, 1967.

ANAIS da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, vol. 1 – 1959-1962: Tipog. Fonseca Ltda, 1969. 297p. Impr.

ATA da 13ª reunião de professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1960, p. 21-22.

BIOJONE, Mariana Rocha. *Forma e função dos periódicos científicos na comunicação da ciência*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação e Documentação), ECA/USP.

BRASIL. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Lex: Legislação Federal*, p. 1433-1440.

---

Ciências e Letras de Marília, em redação ao primeiro Anuário (**ANAIS**, 1969), o plano de publicações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília foi também preocupação dos demais diretores, em particular de Massaud Moisés, professor doutor cuja administração se iniciou em 13 de novembro de 1960. Em sucessão a Moisés, fundador da **Alfa**, assumiu a direção da Faculdade, em 27 de abril de 1962, Eurípedes Simões de Paula, professor doutor cuja gestão foi até 20 de abril de 1965, período em que orientou a publicação dessa Revista, e em que foram fundados os periódicos **Estudos Históricos** e **Didática**, em 1963 e 1964, respectivamente. Ainda, a incorporação dos meios impressos ao trabalho dos intelectuais da Faculdade foi preocupação nas gestões seguintes, pois, coube a Ribeiro (gestão: 1965-1970), a iniciativa de publicar o primeiro e único anuário da Faculdade, os **Anais** (1969).

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.

\_\_\_\_\_. *Qual universidade?* São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. – (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 31).

DIAS, Fernando Correa. *Construção do sistema universitário no Brasil*. Brasília: CRUB, 1989.

*ESTUDOS HISTÓRICOS*. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. São Paulo: Secção Gráfica da Universidade de São Paulo, n. 1, 1963.

FERNANDES, Florestan. Formação de profissionais e especialistas das faculdades de filosofia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 85, p. 227-233, jan./mar. 1962.

LAPA, José Roberto do Amaral, *Entrevista* n. 48, 5 mar., 1992, CEDEM/UNESP.

MEADOWS, A.J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MOROSINI, Marília Costa (coord., org.). *Educação superior em periódicos nacionais: (1968-1995)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001. – (Série Estado do Conhecimento; n. 3).

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. *Planejamento, universidade e modernidade*. Curitiba: All-Graf Editora, 1998.